



Maria Helena Braga	• mhelena.braga@iqe.org.br
Maria Sidalina Gouveia	• sidalina.gouveia@iqe.org.br
Cristina Luiza Garbuio	• cristina.garbuio@iqe.org.br
Maria Teresinha Figueiredo	• mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
José Gayoso	• jose.gayoso@iqe.org.br

A importância da educação patrimonial no ensino de História

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Professora Especialista em História e colaboradora convidada pelo IQE – Instituto Qualidade no Ensino

A educação patrimonial faz parte de uma demanda atual, em torno da valorização da memória dentro e fora das escolas. Implica no entendimento da noção de herança dos bens materiais e imateriais não como recepção passiva, e sim como reconstrução e autoaperfeiçoamento constantes das diferentes comunidades. Ela é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido, desejando preservar os bens com os quais identifica sua própria história. O ensino de História, em especial, colabora para que a memória, a tradição e as manifestações populares, próximas dos alunos, possam ser conhecidas e valorizadas por eles.

O viés do patrimônio pode possibilitar e estimular a positivação das experiências, num mundo marcado pela perda de referências e pela velocidade do tempo mercantilizado e padronizador. Deve ser instrumento vivo e dinâmico de ação, problematização e prática de intervenção do professor e dos alunos que leve ao desejo de preservação de elementos que tenham significado para suas experiências.

No entanto, é preciso que os profissionais da educação reconheçam a necessidade de pesquisa e de aprendizado constante sobre os conceitos e práticas patrimoniais, a fim de que o ensino não caia no exótico e no pitoresco. Fortes tensões e resistências de comunidades contrárias à introdução de conteúdos da história e da cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas nos currículos escolares, por exemplo, podem vir a ser desafios para os quais os educadores devem estar preparados. O preconceito social e a falta de conhecimento sobre patrimônio cultural, material e imaterial, a passividade do professor diante da necessidade da pesquisa podem folclorizar e estigmatizar manifestações culturais e comunidades inteiras. A alegorização e a estereotipagem de outras culturas podem tornar problemática

a visibilidade de suas contribuições e de seu papel histórico ativo, ora colocando-os como vítimas submetidas, ora como personagens congelados, objeto de mera curiosidade nos livros didáticos.

Tratar de patrimônio na escola não deve se restringir a datas comemorativas ou a eventos que, selecionados pelo professor, podem recair no mesmo erro de querer antecipar significados, sem que os alunos ou os grupos envolvidos tenham participado de forma democrática do debate. Promover rodas de conversas com grupos culturais próximos à escola, por exemplo, pode promover a reunião dos mais velhos com estudantes e a troca intergeracional, permitindo o conhecimento e o reconhecimento cultural como algo vivo e dinâmico e, portanto, a ser respeitado. Os movimentos de escuta e de palavra convocam as ancestralidades e as razões do tempo presente para a permanência de certas práticas, como festejos, símbolos, adornos, músicas, comportamentos, desenvolvendo a identidade coletiva e a consciência de estar no mundo.

A cidade percorrida pelo aluno também pode ser objeto de educação patrimonial, entendida como obra, arte, história e experiência. É possível ao professor

estimular seus alunos a lerem o espaço e a passagem do tempo de forma indiciária, identificando nos mais variados lugares e culturas, os bens, os sinais, a materialidade e símbolos, as ruínas, as pegadas, os rastros, os objetos, os gestos, as relações, as marcas, os encontros, os discursos e os silêncios produzidos pela ação dos homens e postos em múltiplas relações no presente. Os docentes devem perceber que tudo aquilo que é produzido pelas pessoas que compõem a cidade e no qual estão inseridas as marcas coletivas podem ser trazidas para a sala de aula e provocar a identificação de seus alunos com ele.

Os lugares de memória, seja na escola ou na cidade, nascem e vivem do sentimento de que não há herança imposta, pois ela deve ser conhecida para ser reconhecida. Mais do que isso, deve ser vivenciada pelas novas gerações. Não é possível ensinar aos alunos a tradição se ela não for por eles experimentada nem aprender aquilo que não tem significado. Assim é com o patrimônio, que deve ser constantemente considerado enquanto estudo, conhecimento, testemunho, educação do olhar, construção relacional e formação de identidade.